Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

10/03/2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Pedro Miguel Siva Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Liliana M. A. S. S. Fernandes*.

304442115

Anúncio n.º 5084/2011

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados.

No Tribunal Judicial de Braga, 4.º Juízo Cível de Braga, no dia 05-04-2011, às 22h 14 m, nos autos de Insolvência Pessoa Singular (Apresentação) n.º 2191/11.6TBBRG, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor, Paulo Jorge Mendes Gomes Costa,, NIF — 217507336, Endereço: Rua Engº Segismundo Lima, N.º 6 — R/c Esqº Trás, Nogueiró, 4715-410 Braga com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Maria Clarisse Barros, Endereço: Rua Cónego Rafael Alvares da Costa, 60, 4715-288 Braga

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 03-06-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

7 de Abril de 2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Pedro Miguel Silva Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Jorge Augusto dos Santos Novo*.

304557599

TRIBUNAL DA COMARCA DE CAMINHA

Anúncio (extracto) n.º 5085/2011

Processo n.º 326/07.2TBCMN-I — Prestação de contas administrador (CIRE)

Insolvente: Mármores e Granitos Vilarmourense, L.da

Efectivo Com. Credores: Granimundo — Soc. Transformadora de Granitos, L.da e outro(s).

A Dr.ª Clarisse Gomes, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Mármores e Granitos Vilarmourense, L.da, NIF 501937790, Endereço: Lugar de Marinhas, Vilar de Mouros, 4910-585 Vilar de Mouros, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

30-03-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Clarisse Gomes*. — O Oficial de Justiça, *Mário Domingues*.

304534626

TRIBUNAL DA COMARCA DE CASTELO DE PAIVA

Anúncio n.º 5086/2011

Processo: 90/11.0TBCPV

Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Referência: 551351

Data: 01-04-2011

Insolvente: Manuel Joaquim Soares Pereira

No Tribunal Judicial de Castelo de Paiva, Secção Única de Castelo de Paiva, no dia 31-03-2011, às 14:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Manuel Joaquim Soares Pereira, NIF — 215948491, BI — 11537880, Endereço: Olival, Pedorido, 4550-000 Castelo de Paiva, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. João Fernandes de Sousa, Endereço: Rua de Matadouços, Fermentões — Apartado 461, 4800-000 Guimarães

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 09-06-2011, pelas 13.30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

01-04-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Márcia Joana Castro*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Carneiro*.

304538596

Anúncio n.º 5087/2011

Processo n.º 243/08.9TBCPV — Insolvência de pessoa singular (apresentação)

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são insolventes:

António Humberto Rocha Espincho Moreira, NIF 173045820, BI 7463843, Endereço: Greire, Santa Maria de Sardoura, 4550 Castelo de Paiva e

Isaura Fernandes Moreira Rocha, NIF 185173888, BI 10195712, Endereço: Lugar Greire, 4550-748 Santa Maria de Sardoura

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada pela elaboração do Rateio Final — artigo 230.º, n.º 1, alínea *a*) do CIRE.

Efeitos do encerramento: os consagrados no artigo 233.º do CIRE

Ao Administrador da Insolvência, foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

4-04-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Márcia Joana Castro*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Carneiro*.

304541754

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio n.º 5088/2011

Insolvência pessoa colectiva — Processo: 3775/08.5TJCBR

Que, nos autos acima identificados, em que é devedora -insolvente Transportes Gonçalves e Figueiredo, NIF — 502584190, c/ sede na Rua dos Oleiros, Lote B — Escritório 1.º - 5, N.º.30, 3000-302 Coimbra, nos quais desempenha funções de Administrador de Insolvência o Dr. Romão Manuel Claro Nunes, NIF. 118348981, c/ domicilio profissional na Rua Padre Estêvão Cabral, N.º 79-2.º-Sala 204, Coimbra, 3000-000 Coimbra, por decisão de 03.03.2011, complementada por despacho de 31.03.2011, foi o processo declarado encerrado, encerramento este que foi determinado uma vez pagas as custas do processo e feito um pagamento parcial ao primeiro credor graduado na decisão de verificação de créditos, não existindo mais nada para liquidar.

31-03-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Paula Cristina Pereira.* — O Oficial de Justiça, *Manuel Bento*.

304536635

TRIBUNAL DA COMARCA DO ENTRONCAMENTO

Anúncio (extracto) n.º 5089/2011

Processo n.º 339/11.0TBENT

Insolvente: Sílvia Neves da Isabel.

Credores: Banco Credibom S. A., e Outros.

No Tribunal Judicial do Entroncamento, Secção Única de Entroncamento, no dia 29-03-2011, às 14:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Sílvia Neves da Isabel, estado civil: Desconhecido, Endereço: Rua José Gomes Ferreira, N.º 22, Entroncamento, 2330-308 Entroncamento com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Wilson José Gabriel Mendes, Endereço: Av. Vítor Gallo, N.º 134, Lote 13, 1.º Esquerdo, 2430-174 Marinha Grande.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência dos créditos, data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 17-05-2011, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

30-03-2011. — O Juiz de Direito, *Dr. Rui Lopes Rebelo*. — O Oficial de Justiça, *António Manuel de Matos dos Ramos*.

304527636

Anúncio n.º 5090/2011

Processo n.º 327/11.6TBENT — Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: João Manuel Flores Antão

Presidente Com. Credores: Caixa Geral de Depósitos, S. A. e outro(s).

No Tribunal Judicial do Entroncamento, Secção Única de Entroncamento, no dia 05-04-2011, às dez horas e trinta minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

João Manuel Flores Antão, estado civil: Divorciado (regime: Divorciado), NIF 133416887, BI 4626839, Endereço: Rua Mestre de Aviz, n.º 3 — 3.º Dtº, 2330-000 Entroncamento com domicílio na morada indicada.